

**Independência de Portugal:
um comparativo entre a historiografia portuguesa e espanhola**

Nelson Rafanelli de Oliveira Lombardi

Monografia de Graduação
Brasília, dezembro de 2014.

**Independência de Portugal:
um comparativo entre a historiografia portuguesa e espanhola**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História, sob a orientação da Prof.^a Dra. Cláudia Costa Brochado.

Nelson Rafanelli de Oliveira Lombardi

Dedico este trabalho a três pessoas de minha maior estima, pois sem o apoio delas, jamais haveria chegado onde cheguei: Maria, Guilherme e Joana, meus mais sinceros agradecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, a Prof.^a Dra. Cláudia Costa Brochado, por toda a atenção que me concedeu ao longo desse processo, toda a disponibilidade e cuidado ao longo da confecção deste trabalho e por ter, logo no início de meu curso, me introduzido ao maravilhoso mundo dos estudos medievais, onde pretendo permanecer.

Agradeço profundamente também à minha segunda mentora da área de História Medieval, a Prof.^a Dra. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, que abriu os meus olhos para o fascínio do mundo ibérico e que prontamente me auxiliou na seleção das obras para este estudo, bem como toda a orientação e carinho ao longo desses extensos meses dedicados à produção desta monografia. Sem seus direcionamentos não seria possível ter alcançado o grau onde me encontro.

E, por último, agradeço à Universidade de Brasília, pela excelência de ensino que me proporcionou ao longo dos seis anos que permaneci como um de seus alunos.

RESUMO

Na última década do século XI inicia-se o processo de emancipação política da região que, posteriormente, viria a ser conhecida como Portugal. Em um período de pouco mais de cinquenta anos, o Condado Portucalense passou da condição de território pertencente a Leão e Castela para a de reino independente, sob a liderança de Afonso Henriques. Esta monografia tem por objetivo identificar as semelhanças e diferenças, com base em importantes obras e autores dos séculos XIX, XX e XXI, entre a historiografia portuguesa e espanhola sobre esse tema, ou seja, compreender de que modo cada lado explica o processo de independência de Portugal e o insere na sua História.

Palavras-chave: Portugal Medieval. Espanha Medieval. Independência de Portugal. Afonso Henriques. Henrique de Borgonha. Alfonso VII.

ABSTRACT

In the last decade of the eleventh century the region that will be known as Portugal takes the first steps towards its political emancipation. Within a period of fifty years, the Portucalense County, which originally was a territory belonging to Castile and León, became an independent kingdom under the leadership of Alfonso Henriques. By scrutinizing important historical texts by authors of the nineteenth, twentieth and twenty-first centuries, this study aims to identify the similarities and differences between the Portuguese and Spanish historiographical traditions. It intends to understand how each side explains the process of Portugal's independency.

Keywords: Medieval Portugal. Medieval Spain. Independency of Portugal. Afonso Henriques. Henry of Burgundy. Alfonso VII.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: A historiografia portuguesa	4
1.1 A eloquência portuguesa	6
1.2 A ocupação da Galícia e do Condado Portucalense	9
1.3 São Mamede	14
1.4 A Batalha de Ourique	18
CAPÍTULO 2: A historiografia espanhola	21
2.1 O silêncio espanhol	23
2.2 Preenchendo o silêncio	28
2.3 Portugal na historiografia espanhola	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	39
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	41

INTRODUÇÃO

O surgimento de Portugal como reino independente de Leão e Castela suscita interpretações divergentes entre os historiadores. De fato, os acontecimentos que concorreram para a separação do Condado Portucalense de sua matriz política são numerosos, o que torna difícil até mesmo para o próprio país definir uma data que estabeleça o ato de independência.¹ A historiografia portuguesa aborda de forma extensa e detalhada os diversos fatos e processos de sua independência, quase sempre vinculada à construção da identidade nacional. Herdeira dos movimentos historiográficos, a produção dos historiadores vai desde análises que partem das estruturas geológicas, passando pelos antigos habitantes da região, com o objetivo de explicar suas origens e afirmar as características que distinguem o país das civilizações vizinhas, bem como de atestar a ocupação e direito ao território,² a outras historiografias mais factuais e políticas.

No que tange à historiografia espanhola, o quase silêncio sobre a independência de Portugal impede que se compreenda de forma positiva como esse fato se insere na narrativa. Assim, é preciso analisar o problema pela negativa, ou seja, pela ausência do fato. Embora haja várias pesquisas e obras portuguesas recentes a respeito do tema,³ bem como fontes primárias históricas e literárias portuguesas e castelhana-leonesas, de forma geral os historiadores castelhanos preferem não abordá-lo em seus trabalhos. Surgem, então, questionamentos a respeito dos motivos que os levaram a desconsiderar a problemática portuguesa em suas obras sobre a História da Espanha, bem como a independência do reino, tendo em vista que, politicamente, trata-se da perda de considerável parcela de território no momento em que Alfonso VII procurava se afirmar como imperador.

A maneira como os historiadores portugueses e espanhóis abordam a constituição do reino de Portugal é o principal objetivo desta monografia. Pretende-se identificar nas narrativas dos autores selecionados as estratégias adotadas para explicar

¹ MATTOSO, José. *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.23.

² A obra de Mendes Corrêa, intitulada “Raízes de Portugal”, consiste na análise geológica da região do atual país, bem como sua vegetação e origens culturais preexistentes mesmo ao Condado Portucalense. Embora escreva em outra época, José Mattoso também adota a mesma perspectiva em seu livro, “Identificação de um país”.

³ MATTOSO, *História de Portugal...* p.33.

a independência de Portugal, no século XII, e diante do silêncio espanhol, observar com quais assuntos se preenchem as páginas sincrônicas a esse acontecimento.

Entretanto, torna-se necessário esclarecer que não se pretende olhar para a historiografia espanhola de forma acusativa, mas apenas entender as estratégias de embasamento. Da mesma forma, se procurará observar os argumentos da historiografia portuguesa e apontar as várias adjetivações que esta faz à sua história. Somente por meio do estudo atento do discurso da historiografia, é possível compreender a construção da história de ambos os lados e perceber nuances importantes antes escondidas, ou não ditas. Neste sentido, Reinhart Koselleck aponta para a necessidade de compreender a História e o historiador em conjunto:

Admite-se que, como parte da humanidade, também o historiador tenha um ponto de vista condicionado pelas circunstâncias. Fundamentalmente, por meio da crítica de fontes e da interpretação, a totalidade do mundo histórico se abre a ele. Dessa forma, o indivíduo histórico contemporâneo, ao participar da objetivação histórica do passado ou do futuro, torna-se capaz de objetivar ele mesmo a história.⁴

O historiador que se incumba de comparar duas perspectivas históricas sobre um mesmo recorte cronológico deve saber que a escrita da história pode ser realizada a partir de diversas perspectivas, uma vez que o autor tem a liberdade de moldá-la de acordo com suas próprias percepções, mesmo que não se afaste das fontes.⁵ Isso permite que ele escolha, inclusive, não mencionar um determinado aspecto ou fato, de acordo com o desenho da obra ou o objetivo. Assim, a historiografia pode ser moldada de acordo com os interesses do historiador, o que constitui um dos problemas expostos neste trabalho. Na realidade, isto tem um alcance muito mais amplo, como aponta Michel de Certeau, para quem, revelar e ocultar o passado são ações importantes ligadas à função social do historiador, próprias de sua escrita:

De fato, a escrita histórica - ou historiadora - permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma "lição"; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida: dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. [...] Tomando precisos alguns aspectos da construção historiográfica, as relações de diferença e de continuidade, que a

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.162-163.

⁵ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p.36

escrita mantém com uma disciplina de trabalho, podem aparecer melhor, mas também sua função social como prática se evidenciará com maior clareza.⁶

Para fundamentar esta monografia, foram selecionados autores portugueses e espanhóis dos séculos XIX, XX e XXI, cujas obras influenciaram seus contemporâneos bem como as gerações seguintes de historiadores. Seus livros constituem-se como referência, a ponto de se perceber a continuidade de seus argumentos em vários historiadores. Para Portugal, escolheram-se obras de Alexandre Herculano, José Mattoso, António de Oliveira Marques, Joaquim Veríssimo Serrão, João Ameal; para a Espanha, Modesto Lafuente, Ángel Salcedo Ruiz, Manuel Ángel y Álvarez, Luís Suárez Fernández, Eduardo Manzano Moreno. Embora se tenham consultado mais obras, entendeu-se que estes autores eram significativos e suficientes para realizar o exercício de comparação, guardando certo paralelismo de épocas e de abordagens historiográficas, entre portugueses e espanhóis.

Para uma melhor apresentação das perspectivas portuguesas e espanholas, esta monografia dividir-se-á em dois capítulos. No primeiro, será abordada a historiografia portuguesa, e procurar-se-á apontar os principais argumentos e estratégias que os historiadores utilizam para construir a narrativa. O segundo capítulo é dedicado à historiografia espanhola com os mesmos objetivos do anterior.

⁶ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p.95.

CAPÍTULO 1

A historiografia portuguesa

A separação do território do Condado Portucalense do reino de Leão e Castela é um tema bastante conhecido da história ibérica, inclusive no que se refere à data do fato, ou seja, a partir de que momento os historiadores consideram Portugal como reino independente. Essa dúvida se assenta em vários fatores, como na imprecisão dos documentos históricos, que apresentam datas divergentes, na eleição dos fatos que constituiriam sinais de ruptura política, e até mesmo nas manipulações que alteram as evidências. Neste capítulo, se analisarão as obras de alguns historiadores portugueses que escreveram sobre a independência do reino de Portugal, procurando destacar aspectos que ajudem a entender as suas estratégias para explicar esse fato histórico.

Um dos principais autores estudados foi Alexandre Herculano e sua obra “História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III”(1853).⁷ Herculano foi um historiador, jornalista e poeta português do século XIX e ainda nos tempos de hoje é a grande referência da historiografia portuguesa. Seus escritos ultrapassam as fronteiras lusitanas e é possível encontrar facilmente citações de suas obras em artigos e livros estrangeiros, inclusive, espanhóis. Para este trabalho escolheu-se o primeiro tomo da obra citada, um conjunto de quatro tomos, onde o autor discorre sobre vários aspectos da História de Portugal, desde a constituição geográfica e a ascensão de Afonso I, até meados do século XIII. Ele analisa cuidadosamente os pormenores que constituíram Portugal e faz uma crítica aos grandes mitos primordiais da história de seu país. Contudo, percebe-se que essa posição não implica em neutralidade, uma vez que em vários momentos deixa transparecer os vínculos e a paixão por sua terra.

O segundo historiador escolhido foi José Mattoso, o qual realizou as notas críticas da versão revisada do grande trabalho de Alexandre Herculano. Para esta monografia, selecionaram-se duas obras, por entender que elas oferecem uma boa perspectiva da historiografia do século XX, a respeito da independência de Portugal. A primeira, “D. Afonso Henriques”(2007),⁸ é uma biografia do primeiro rei de Portugal, que faz parte de uma importante coleção recente, Reis de Portugal, na qual o autor trata

⁷ HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Vol. 1. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.

⁸ MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques, Reis de Portugal*. Rio de Mouro: Ed. Temas&Debates, 2007.

dos aspectos que constituíram e moldaram a figura de Afonso Henriques, desde o nascimento à morte, com especial ênfase na conquista do título de rei. A segunda obra, “História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)” (1994),⁹ constitui um dos volumes de uma coleção sobre História de Portugal, que é referência historiográfica obrigatória, organizada pelo próprio José Mattoso, períodos pré-independência e medieval, e por António Manuel Hespanha, períodos moderno e contemporâneo. Assim, dessa obra levou-se em consideração apenas os anos que constituem o surgimento de Portugal como reino independente de Leão e Castela. Mattoso realiza uma crítica severa da obra de Herculano, a respeito de suas argumentações e pensamentos referentes aos pontos-chave dos documentos históricos, levantando dúvidas e contestando algumas conclusões.

Outro autor selecionado foi o historiador português António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques que é também uma referência muito importante no panorama historiográfico português do século XX. Para este trabalho, escolheu-se a sua “História de Portugal”(1972).¹⁰

Outros dois autores compõem as bases deste trabalho no que tange à perspectiva portuguesa, são Joaquim Veríssimo Serrão e João Ameal. Ambos famosos historiadores do século XX, dos quais escolheram-se as obras “História de Portugal: estado pátria e nação” (1979),¹¹ e “História de Portugal: das origens até 1940”(1949),¹² respectivamente. Serrão e Ameal abordam em seus livros desde a constituição do Condado Portucalense até o período do Estado Novo, no século XX. Trata-se de obras com recortes muito mais amplos que as anteriores, mas que apresentam alguns pontos bastante interessantes e complementares às ideias de Herculano e Mattoso. Foram colocadas no mesmo patamar por apresentarem grandes semelhanças.

A eloquência portuguesa

A independência de Portugal é amplamente explicada pela historiografia portuguesa com base em fatos (acontecimentos) protagonizados por Afonso Henriques.

⁹ MATTOSO, José. *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores, 1986.

¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: estado pátria e nação*. Lisboa: Editorial, 1980, p.76.

¹² AMEAL, João. *História de Portugal: das origens até 1940*. Porto: Ed. Tavares Martins, 1968.

Obviamente, tal compreensão não é unânime entre os estudiosos do tema. Alexandre Herculano, por exemplo, critica os historiadores portugueses que o antecederam, considerando que cometem um erro vulgar¹³ ao determinarem uma data precisa para a independência. Sua crítica aponta para o erro em se aceitar uma data como definitiva, o que impede que se perceba a complexidade daquele contexto histórico. Nas próprias palavras de Herculano:

Os que procedem por diverso modo não somente avaliam mal esse grande facto da independência, mas ainda, fechando-se num horizonte limitado, atribuem à nação logo no seu berço uma individualidade tão profunda que se inabilitam para avaliar bem os homens e as coisas, desprezando as soluções que a factos, aliás inexplicáveis, lhe ministraria a história das paixões e dos interesses que então se agitavam no seio da monarquia leonesa, ligada ainda ao novo estado que se formava no Ocidente da Península por mil laços que só gradualmente se podiam quebrar.¹⁴

A escassez de documentos disponíveis sobre os primórdios da história de Portugal¹⁵ também é um fator agravante no que tange às interpretações dos historiadores. Ao longo do livro *História de Portugal: a monarquia feudal*, José Mattoso propõe uma série de interpretações e correções de datas, de modo a dar coerência ao conjunto, uma vez que, segundo ele, diversas vezes os documentos eram datados erroneamente, quer com relação aos meses como ao ano. O mesmo pode ser observado na obra de Alexandre Herculano.

Como seria de esperar, Afonso Henriques, na qualidade de fundador de Portugal, foi objeto de uma construção mítica com acentuado viés nacionalista. A vida do primeiro rei resume um leque de outras histórias que, dissipadas pelas múltiplas concepções da sua figura régia, o encaixam perfeitamente numa clássica saga de herói: em sua juventude enfrenta os mais diversos conflitos, engajando-se em combates épicos, vencendo e perdendo batalhas, até proclamar, triunfalmente, a independência de Portugal contra o imperador castelhano Alfonso VII. José Mattoso, em sua biografia sobre Afonso Henriques, analisa como se constrói o processo de distanciamento entre a figura histórica e a mítica:

Os Anais não traçam, pois, um retrato do nosso primeiro rei - constroem um mito. Este, por sua vez, com o rolar dos anos e dos séculos, avolumar-se-ia sem cessar. O autor dos Anais transformou o rei e o chefe em herói. A

¹³ HERCULANO, *op. cit.*, p.344.

¹⁴ *Ibidem*, p.345.

¹⁵ *Ibidem*, p.270.

tradição que sobre eles se construía transformou-o em santo. Assim se esqueceu o homem.¹⁶

Entretanto, a independência de Portugal não se explica apenas pela construção mítica da figura de Afonso Henriques. Há autores, como Antônio Mendes Corrêa, que localizam o início do processo de independência muito antes da chegada dos condes da Borgonha à região da Galiza. Mas a maior parte dos historiadores portugueses concede maior protagonismo a Henrique de Borgonha e, obviamente, a seus descendentes. É importante destacar que, embora a historiografia reconheça evidências claras rumo à independência a partir do período em que Henrique de Borgonha se encontra à frente do Condado Portucalense, os instintos de “rebelião” e de “independência” já faziam parte do cotidiano político da região, como se pode observar nas palavras de Alexandre Herculano:

Os condes que dominavam os distritos em que esse largo tracto de terra [provincia portucalense] se dividia ficavam assaz afastados da acção imediata do rei e eram assaz poderosos para facilmente se possuírem das idéias de independência e rebelião comuns naquele tempo, tanto entre os sarracenos como entre os cristãos.¹⁷

Porém, como referido, é com a presença da nobreza francesa na corte de Alfonso VI que a historiografia identifica os princípios da mudança. A chegada de Raimundo e de Henrique de Borgonha é considerada de extrema importância e constitui um tópico de grandes discussões entre os historiadores. Importante, obviamente, pois são eles que desposarão as filhas do rei de Leão e Castela, Alfonso VI, e irão administrar a porção oeste dos domínios leoneses. Mas a falta de documentação abundante para as décadas finais do século XI,¹⁸ torna difícil explicar quando, como e porquê eles se dirigiram à corte do rei leonês.

Mattoso tende a acentuar o papel político da abadia de Cluny, da Borgonha, nesta questão. Sua lógica, então, incide sobre o fator religioso. Como a Galiza, incluído o futuro Condado Portucalense, eram regiões deveras resistentes à reforma e à organização eclesiástica ‘estrangeira’, ou seja, leonesa, fazia-se necessário estabelecer ali uma força política eficiente, que o monarca leonês encontrou em Cluny, o que

¹⁶ MATTOSO, D. *Afonso Henriques...*, p.78.

¹⁷ HERCULANO, *op. cit.* p.265.

¹⁸ *Ibidem*, p.270.

justificaria a acolhida aos dois cavaleiros de origem borgonhesa. As ligações sanguíneas que se estabeleceram beneficiariam a ambos os lados e não ameaçariam em primeira instância a soberania de Alfonso VI sobre a região. Segundo Mattoso,

As relações de parentesco explicam suficientemente o papel da abadia borgonhesa nos acontecimentos políticos relacionados com os dois *juvenes*, pois os monges tinham todo o interesse em promover a "colocação" dos seus protegidos em lugares de destaque na corte leonesa, para assim garantirem a manutenção da influência que haviam alcançado.¹⁹

Já para Herculano, a concessão da porção ocidental do território a nobres franceses deve-se ao fato destes serem ilustres, naturalizarem-se na Espanha e, em suas próprias palavras, "arriscando a vida pelo cristianismo e pela monarquia leonesa na terrível luta que durava havia séculos sobre o solo ensanguentado da Península".²⁰ Percebe-se que, além de dizer que o intuito dos condes borgonheses era de ocupação territorial, apresenta uma forte carga nacionalista, religiosa e heroica em seu discurso, quase encaminhando os jovens nobres ao destino que lhes caberia cumprir.

O argumento de A. H. de Oliveira Marques, em sua obra intitulada "História de Portugal", toma um rumo político mais amplo com relação à chegada de Raimundo e Henrique a Leão. O caso é inserido no contexto que antecedeu o movimento das cruzadas do Oriente, que tentava combater os povos muçulmanos e assegurar território à nobreza cristã, criando oportunidades para esses cavaleiros franceses assegurarem terras e glórias em territórios longínquos, uma vez que em sua terra-natal, devido às estratégias familiares, os principais postos já estavam ocupados pelos seus irmãos mais velhos.²¹

Em boa parte da historiografia, a chegada de Raimundo e Henrique de Borgonha ocorre simultaneamente, como se encontra registrado em Herculano.²² Para Mattoso, entretanto, os dois cavaleiros chegam à corte leonesa em momentos distintos, o que desmistifica a ideia de serem primos, ou co-irmãos, como insinua Herculano. Mattoso não descarta o fato de terem sido parentes, mas atribui a Henrique um título de nobreza (duque) superior ao de Raimundo (conde). O fato deste ter se casado com a filha legítima de Alfonso VI, Urraca, e aquele desposar sua filha bastarda, Teresa, somente se

¹⁹ MATTOSO. *História de Portugal...* p.25.

²⁰ HERCULANO. *op. cit.*, p.268.

²¹ MARQUES, *op. cit.*, p.60.

²² HERCULANO. *op. Cit.*, p.270.

justificaria se Henrique tivesse chegado à corte depois do casamento de Urraca, restando-lhe apenas a filha ilegítima para firmar o vínculo matrimonial com a dinastia leonesa.

A ocupação da Galícia e do Condado Portucalense

Foi a forte investida por parte dos almorávidas, bem como a iminente ameaça de investida às fronteiras do Tejo e a incapacidade militar de Raimundo que, segundo as considerações da historiografia tradicional portuguesa,²³ motivaram a substituição deste por Henrique de Borgonha, seu parente. Entretanto, não há consenso com relação ao momento de sua chegada. Aventa-se a possibilidade de que, inicialmente, Henrique, por ser recém-chegado, ficasse subordinado a Raimundo para só depois assumir o comando. Ou, hipótese que mais agrada a Mattoso, bem como a uma leva de historiadores que ele referencia em seu livro (Rui de Azevedo, Paulo Merêa, Avelino de J. da Costa, Torquato de Sousa Soares), a datação dos primeiros documentos peninsulares é imprecisa a respeito do momento de sua chegada, o que leva a supor que Raimundo exerceu o poder sozinho até 1096 e somente depois, por ordem de Alfonso VI, passou a Henrique o governo da região entre o Minho e o Tejo, ou seja, o Condado Portucalense. Todavia, não descarta a hipótese de Henrique ter chegado antes à zona de Coimbra, ainda durante o governo de Raimundo, tal como defendem A. de Almeida Fernandes e Alexandre Herculano: "Por mais curto que suponhamos esse período de sujeição; por mais raros que sejam os vestígios de tal sujeição, ela é indubitável".²⁴

Mattoso relata que a presença de Henrique na Península é indubitável, baseando-se na *Crónica de Sahagún*, onde se registram grandes feitos do conde borgonhês que justificam ter sido ele o incumbido de missão de tamanha magnitude, como a de governar o Condado. Além disso, Mattoso destaca a qualidade e a origem dos laços familiares de Henrique, que embora não possam ser dissociados de sua figura, não chegam a justificar a ascensão do borgonhês na Península, que se deve, sobretudo, a seu mérito militar.

Na verdade, dadas as circunstâncias, não basta explicar a concessão do Condado Portucalense pelo facto de Henrique ser sobrinho da rainha D. Constança, que nessa altura já tinha morrido, por pertencer à família dos duques de Borgonha, mais poderosa e hierarquicamente superior à de Raimundo, e nem em virtude de protecção cluniacense de que beneficiava.

²³ *Ibidem*, p.32

²⁴ *Ibidem*, p.271

De facto, o futuro havia de mostrar que Henrique era um excelente guerreiro. A sua actuação militar foi quase sempre decisiva nos conflitos em que se viu envolvido, até à data de sua morte.²⁵

Outro problema a ser apontado, é a preocupação da historiografia em enquadrar corretamente os aspectos jurídicos relativos à posse do Condado Portucalense por Henrique de Borgonha, o que gera muitos questionamentos. Para Alexandre Herculano, a situação é clara: ao conceder a mão de suas filhas Teresa e Urraca aos nobres borgonheses, Alfonso VI permite que as propriedades regalengas, isto é, do patrimônio do rei e da coroa, passassem a ser consideradas como bens próprios e hereditários pelos dois consortes.²⁶ Assemelha-se ao argumento de João Ameal, ao considerar a doação do território da Galícia a Raimundo,²⁷ que passa a intitular-se *totus Galeciae Princeps*.²⁸

Joaquim Veríssimo Serrão faz duras críticas a Herculano e à sua interpretação de que Portugal faria parte do dote de Teresa, principalmente, pela possibilidade de que o governo do Condado fosse mercê temporal e amovível. Seu argumento se baseia no fato de que, se Alfonso VI não agiu dessa forma com a sua filha Urraca, nem com os demais filhos, tampouco o faria com a filha bastarda. Segundo as próprias palavras de Serrão: "O parecer de Herculano integrava-se na definição política que entendia aplicar ao novo reino, como simples episódio da luta contra os mouros e sem qualquer outra base jurídica que o fundamentasse."²⁹

Sobre essa matéria, Mattoso propõe algumas reflexões. A primeira é a de que o Condado seria entendido como um feudo, vinculado a Leão e Castela. Tal aspecto justifica diversos acontecimentos posteriores e levanta questões a respeito do tipo de autoridade que poderia ser exercida no território. Aqui temos duas perspectivas distintas: enquanto uma, defendida por Herculano, Paulo Merêa e Torquato de Sousa Soares, compreende tal região como um senhorio, precário e amovível; outra, defendida por um autor belga, Charles Verlindon, considera tratar-se de um feudo. Autores espanhóis, como Claudio Sánchez Albornoz, Luís García de Valdeavellano, e a argentina, Hilda Grassoti, de todas, entendem que se trata de um caso raro para o contexto de Leão e Castela. De acordo com Mattoso,

²⁵ MATTOSO, José. *História de Portugal...* p. 32.

²⁶ HERCULANO. *op. Cit.*, p. 274.

²⁷ AMEAL, *op. cit.*, p.38.

²⁸ Príncipe de toda a Galícia.

²⁹ SERRÃO, *op. cit.*,p.76.

[...] dado o seu carácter hereditário, o que o aproxima, tal como pensava Verlinden, das concessões feudais de além-Pirinéus. De resto, segundo têm demonstrado estes autores, o facto de se tratar de um senhorio e de a concessão ser precária não lhe retiraria o carácter feudal e, portanto, a obrigação de vassalagem, como acontecia, afinal, com qualquer tenência.³⁰

Para Mattoso, independentemente da perspectiva adotada, há que se levar em consideração que o costume francês possuía um carácter feudal e excepcional e, portanto, sendo Henrique borgonhês, tendia-lhe "[...] a agir segundo os usos e concepções próprios de sua terra. Procederá, portanto, como um verdadeiro vassalo, exercendo um direito que seria transmitido aos seus descendentes e, portanto, com grande independência, apesar da vassalagem."³¹ Ele ainda acentua o fato de que Henrique prestava contas a Alfonso VI, não a Raimundo, comprovando-se que o território portugalense fora realmente se desmembrando e que a posição perante Alfonso VI era equivalente à de Raimundo.³²

A partir do estabelecimento de Henrique no Condado Portucalense e de Raimundo na Galícia, a historiografia apresenta diferentes narrativas até a independência de Portugal. Alexandre Herculano narra com grande riqueza de detalhes os aspectos das relações interpessoais na corte castelhana-leonesa ao longo desse processo, que embora não se estenda por muito tempo, é carregado de minúcias. Ele aborda meticulosamente as idas e vindas das tentativas frustradas do casamento de Urraca com Alfonso de Aragão, após a morte de seu esposo, Raimundo de Borgonha, em setembro de 1107, bem como suas consequências para o reino de Leão e, conseqüentemente, para o Condado Portucalense. Com um estilo romântico, sua narrativa descreve os atritos políticos que envolvem D. Henrique e mostra o lado politizado da personalidade do conde, aspecto que não é considerado pelos outros historiadores.

Contudo, para a historiografia, o processo de independência tem dois momentos cruciais, e ambos ocorrem logo após o falecimento de D. Henrique e a ascensão de seu filho, Afonso Henriques. Nota-se, a partir de 1120, a mudança de foco sobre a figuras políticas. Até esse momento, os holofotes estavam dispostos sobre D. Teresa e D.

³⁰ MATTOSO. *História de Portugal...* p.33.

³¹ *Ibidem*, p.33.

³² *Idem*. "Por outro lado, deve acentuar-se que Henrique prestava contas a Afonso VI e não a Raimundo, ou seja, que o território recebido foi verdadeiramente desmembrado daquele com que anteriormente formava um todo e que a sua autoridade tinha um grau hierárquico paralelo à dele".

Urraca, viúvas e regentes de seus territórios. Mas, seus respectivos filhos, Afonso Henriques e Alfonso Raimundes, começam a ganhar grande importância e sobrepujam as mães.

Inicia-se, então, um novo momento para Leão e Castela, juntamente com a maioria de Alfonso Raimundes. Desde 1122, o vemos crescer exponencialmente nos territórios governados por sua mãe, expulsando-a de seus territórios e tomando-os para si.³³ Em 1126, falece D. Urraca, e Alfonso Raimundes assume definitivamente o trono de Leão e Castela, agora como Alfonso VII.

No Condado Portucalense, é importante destacar que D. Teresa havia tomado Fernando Peres de Trava, filho de Pedro Froilaz de Trava, como amante, elevando-o ao posto de Conde do Porto e de Coimbra. Mattoso vai além e aponta que, segundo alguns documentos e determinadas atitudes, havia a possibilidade de se tratar, na realidade, de um matrimônio. Para ele, o casamento de D. Teresa com Fernando Peres supunha uma série de benefícios para ambas as partes. Os Travas eram uma família muito poderosa na Galícia, considerado um território autônomo, ainda que estivesse oficialmente sob o domínio de Leão. "Interessava a ambas as partes: a Teresa, para conseguir a ajuda do mais poderoso magnata da Galiza. Ao conde, para ascender à dignidade de consorte de uma rainha."³⁴

Nesse aspecto, Mattoso é muito cauteloso e busca seu embasamento nas fontes. Segundo o documento da chancelaria condal, Fernão recebe o título de *fidelis*, ou seja, liga-se a Teresa por um laço de fidelidade. Como ele dominava Coimbra e era senhor dos castelos de Seia, Santa Eulália, e Soure, possessões atribuídas anteriormente a Henrique de Borgonha e somente atribuídas a outrem pela autorização de D. Urraca, subentende-se o elo matrimonial entre os dois. Há ainda outros documentos que afirmam a existência do casamento, mesmo não aprovado pela igreja, já que Fernão Peres estava unido em matrimônio a outra mulher, e o consentimento clerical seria improvável.

Além disso, a rainha vivera antes, segundo parece, com Bermudo Peres, irmão de Fernão. [...] Pouco depois, talvez em 1121, o mesmo Bermudo casava com a filha mais velha de Teresa, Urraca Henriques, facto também registrado na mesma crônica. Ora o casamento com o irmão de alguém com

³³ HERCULANO. *Op. Cit.*, p. 363.

³⁴ MATTOSO. *D. Afonso Henriques...* p. 44.

quem houvera relações sexuais anteriores era considerado pelo Direito Canónico como um impedimento da maior gravidade. A situação de D. Teresa e dos dois Travas tornava-se assim duplamente incestuosa.³⁵

Teresa, com base no ocorrido à irmã, buscou uma aliança com o arcebispo de Compostela, de modo a garantir as posses sobre o que lhe garantira recentemente D. Urraca, a saber, domínios territoriais em Zamora, Toro, Salamanca e Ávila, bem como em Valladolid e Toledo. A preocupação de D. Teresa era fundamentada: de acordo com a opinião de Herculano a respeito da intensa mobilidade que permeava o período: "Era tão frequente naqueles tempos a quebra das mais solenes promessas, a ambição e o egoísmo tão pouco rebuçados, que não devemos julgar esse procedimento com o mesmo rigor com que o condenaríamos numa época mais recente".³⁶ Portugal, portanto, está sob grande influência do amante de D. Teresa, o que gerava grande desconforto dos senhores portugueses.

Foi em 1125 que o quadro português começou a mudar drasticamente. Ao armar-se cavaleiro em Zamora, nesse mesmo ano, Afonso Henriques realizara um ritual próprio da realeza: o de pegar as armas de cavaleiro depositadas sobre o altar de S. Salvador, vestir a loriga³⁷ e cingir o cinto militar. Tanto Mattoso quanto Herculano são unânimes ao reconhecer a influência da nobreza sobre a figura de Afonso Henriques. Ao falar da sagração dele como cavaleiro em 1125, Herculano ressalta claramente que tal acontecimento fora promovido pela nobreza portugalense com o intuito de levantar bandeira em apoio ao jovem infante e, conseqüentemente, externar seu profundo descontentamento com a mãe dele e seu amante, o Conde Fernão Peres de Trava. Naquele momento, não haveria a intenção de desafiar o poder leonês, mas sim de demonstrar repulsa à figura de Peres, cuja influência sobre D. Teresa gerava temor na nobreza portugalense. Com tal feito, Herculano considera um grande gesto em direção à independência:

Afonso Henriques, tomando o grau de cavaleiro pela forma que usavam os príncipes independentes e numa idade em que a espada era para ele um vão ornato, prestou-se em nosso entender a uma farsa dos conjurados, que com esse acto queriam lavrar uma espécie de protesto, não contra o domínio leonês, mas contra o de Fernando Peres, a quem, segundo se vê das

³⁵ *Ibidem*, p.47

³⁶ HERCULANO. *op. cit.*, p. 363.

³⁷ Vestimenta militar; couraça.

subscrições dos diplomas desse tempo, ele era inferior na consideração da corte de sua mãe, que o ia afastando inteiramente dos negócios do Estado.³⁸

Após estabelecer a importância de Afonso Henriques e de Afonso VII, pode-se avançar para os dois aspectos que, em boa medida, a historiografia portuguesa considera fundamentais para a separação do Condado Portucalense do reino de Leão e Castela: a Batalha de São Mamede e a Batalha de Ourique.

São Mamede

Um dos marcos nacionais na historiografia de Portugal é a batalha realizada próxima a Guimarães, em abril de 1128, em São Mamede. Ali ocorreu o confronto das tropas de Afonso Henriques e as de Fernão Peres de Trava, onde o primeiro sai vitorioso, sobrepujando o conde e sua mãe, e tomando antecipadamente a sua herança, o que lhe possibilita dar os passos necessários para ser reconhecido como rei.

Como referido, Afonso Henriques armou-se cavaleiro em 1125 e, desde então, adquire renomado prestígio perante a nobreza portucalense. Os historiadores não demonstram surpresa em relação a tal apoio. Para Herculano, a nobreza seguiria fielmente os intuitos de Afonso Henriques³⁹, atribuindo-lhe um papel de liderança que, segundo outros historiadores, ainda não possuía. A forte carga nacionalista desta vez não afeta somente a Herculano; José Mattoso, nesse ponto, também apresenta uma narrativa mais triunfalista.

Quem venceu em São Mamede não foi apenas Afonso Henriques, mas, em primeiro lugar, os barões portucalenses, que rejeitaram a autoridade dos Travas no condado e escolheram o infante para seu chefe. Ao afastarem Fernão Peres, recusavam-se a aceitar a política de alta nobreza galega e do arcebispo de Compostela e proclamavam a inviabilidade de um reino que englobasse a Galiza e Portugal.⁴⁰

Tal confronto é compreendido pela maioria dos historiadores como uma ação que revela o próprio Afonso Henriques, pois é a partir desse momento que ele nasce nitidamente como líder guerreiro. Para Frei Antônio Brandão, em seu livro intitulado "Crónica do Rei D. Henrique, Teresa e o Infante D. Afonso", Afonso Henriques, ao realizar a doação à Sé de Braga e ao arcebispo D. Paio do couto de Figueiredo, bem

³⁸ HERCULANO. *op. Cit.* p.375-376.

³⁹ *Ibidem*, p.380

⁴⁰ MATTOSO. *D. Afonso Henriques...* p.54

como do castelo de Penafiel, faz a seguinte declaração, registrada no livro *fidei* da Sé de Braga: “Quando eu chegar a adquirir a terra de Portugal, vos farei entrega e a vossos sucessores, de vossa cidade e Sé, e de tudo o que lhes pertence”.⁴¹ Segundo Brandão, ao se utilizar *aquisitam*, a denotação não é de herança, mas de conquista, o que o leva a crer que a conquista foi feita por meio das armas.

Mattoso acredita que o mito de Afonso Henriques não era uma força que comandava o Condado de forma autônoma e desimpedida. O apoio da nobreza foi essencial para que ele vencesse a Batalha de São Mamede, já que inicialmente a vitória pendia para o lado das forças de sua mãe.

O significado social deste episódio é evidente: o fundador da nacionalidade devia o seu poder aos nobres. Estes faziam questão de o lembrar sem ambiguidades. [...] o rei de Portugal não seria o rei se a classe nobre não lhe tivesse entregue o poder. Tem, por isso, obrigação de recompensar os seus membros com dons e favores, de os proteger, e de partilhar com eles o exercício do poder.⁴²

Importante destacar que, nesse momento, Herculano, que costuma estender-se longamente em minúcias, não se detém no fato de Afonso Henriques quase perder a batalha, necessitando de seu aio, Soeiro Mendes,⁴³ para derrotar as tropas de sua mãe, sob o comando de Fernão Peres. Destaca apenas que juntamente com seu aio e outros cavaleiros de Portugal, o infante declararia em Braga a sua intenção de se apossar do governo, prometendo mercês a seus aliados,⁴⁴ fortalecendo a imagem de um infante decidido, como condiz ao mito. Contudo, Frei Antônio Brandão, mesmo sem insistir claramente no caráter mítico do infante, acaba por fazê-lo indiretamente, ao considerar o mérito da vitória nos campos de São Mamede a somente Afonso Henriques:

Sobre o sucesso da batalha de Guimarães, escrevem nossos autores que o infante saiu desbaratado do primeiro recontro e que, tornando à peleja, por conselho de seu aio Egas Moniz (o qual lhe acudiu com alguma gente de refrêscos), alcançou vitória. Eu, nas memórias autênticas que deixo citadas,

⁴¹ "Et quando habuero terram Portugalesem adquisitam, civitatem, et Sedem ruam, et ea quae ad eam pertinent, tibi, tuisque successoribus in pace dimirram". BRANDÃO, Frei Antônio. *Crônica do conde D. Henrique, D. Teresa e infante D. Afonso*. Porto: Editora Livraria Civilização, 1944, p.204.

⁴² MATTOSO, José. *História de Portugal*...p.67.

⁴³ Na página 67 de seu livro, *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*, Mattoso questiona ser realmente Soeiro Mendes o aio de Afonso Henriques. "[...] Uma versão mais recente do mesmo relato, transmitida pela Crônica de 1419, substitui Soeiro Mendes por Egas Moniz, graças à tendência para concentrar nele o protagonismo da acção nobiliárquica de época afonsina; mas o significado da narrativa é o mesmo".

⁴⁴ HERCULANO. *op. cit.*, p.380.

não acho relação desta variedade, mas simplesmente se atribui a vitória ao infante, o que tenho por mais certo.⁴⁵

Para Mattoso, após a Batalha de São Mamede, não se observa uma reação da parte de Afonso VII, com relação ao Condado Portucalense, pois aquele andava bastante atarefado, cuidando dos preparativos de seu casamento com Berengária, filha do conde de Barcelona, que ocorreu em novembro de 1128, em Saldaña. Mattoso especula que Afonso VII talvez pressupusesse que os Trava reagissem à revolta portucalense, promovendo uma definitiva cisão no antigo reino de seu tio-avô. Após o casamento, houve um incidente com os condes Pedro e Rodrigo de Lara, que o reteve em Castela. Logo depois, ocorreu a morte de D. Teresa e a consequente perda de influência de Fernão Peres.⁴⁶ Neste sentido, a narrativa de Mattoso dá a entender que o imperador foi guiado pelo próprio desenrolar dos acontecimentos, e que tinha outros assuntos para atender antes de Portugal.

Foi somente quando Afonso Henriques decide afirmar sua soberania na zona de Límia, construindo o castelo de Celmes, que Afonso VII, em 1130, organiza uma expedição a Portugal para destruir a nova fortaleza. Para Herculano, Afonso VII limita-se a destruir o castelo e a reafirmar a vassalagem dos condes de Límia e Toronho. Ele atribui a reação limitada às preocupações com os demais territórios. "Talvez não quisesse demorar-se muito tempo na região porque estava então demasiado ocupado em reprimir a revolta castelhana dos senhores de Lara."⁴⁷ Nesse ponto, Mattoso, Herculano e diversos historiadores justificam a omissão do imperador⁴⁸ com as diversas preocupações que constantemente assolavam seus territórios:

A Espanha cristã ardia em guerras. Afonso I de Aragão continuava a devastar a Castela, e as turbulências dos fidalgos parciais dos Laras ou do príncipe aragonês não davam um momento de descanso a Afonso VII, obrigado a submeter sucessivamente pela força das armas os castelos rebelados nas Estremaduras, em Castela, nas Astúrias e em Leão.⁴⁹

⁴⁵ BRANDÃO, *op. cit.*, p.204-205

⁴⁶ MATTOSO. *História de Portugal...* p.59

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ Sobre o título, diz Herculano: "O título de imperador que lhe atribuía vulgarmente e de que já, não raro, ele próprio usava nos seus diplomas cabia com razão ao senhor de tão vastos domínios." HERCULANO, *op. cit.*, p. 410.

⁴⁹ *Chronica Adefonsi Imperatoris*, p. 8-10, L. 1, c. 6 a 10; *Historia Compostellana*, L. 3, c. 24: *Apud* HERCULANO, *op. cit.*, p.380.

O que se pode perceber, é que Afonso VII se importava mais com a conservação de seus demais territórios e as alianças com seus nobres vassallos do que com as querelas com seu parente Afonso Henriques. Em vários pontos, Mattoso destaca que nos momentos em que Afonso VII tomou uma atitude contra Afonso Henriques foi para impedi-lo de avançar sobre territórios, para adverti-lo. Entretanto, não chegou a combater e a reprimir a independência de Portugal.

No que tange aos documentos da época, é de se destacar o surgimento do nome Portugal na chancelaria, logo a seguir à Batalha de São Mamede. Segundo Mattoso, em sua biografia de Afonso Henriques: "parece indicar que os notários da cúria consideravam a alteração política como resultado de um esforço comum e não como um direito pessoal herdado ou transmitido por outrem."⁵⁰ Mais do que uma simples vitória, São Mamede nutria esperanças de independência e carregava uma visível carga de mudanças. Com um líder neto de Afonso VI, filho do guerreiro D. Henrique e libertador do território das mãos dos Trava, Afonso Henriques abria caminhos cada vez mais favoráveis à independência de Portugal. Em resumo dos acontecimentos em São Mamede, Mattoso afirma:

As circunstâncias transformaram a iniciativa da revolta contra Fernão Peres de Trava num movimento irreversível, que explica, mais do que qualquer outro acontecimento ou intervenção pessoal, as razões imediatas do fenômeno da independência política do Condado Portucalense, como entidade que precedeu o reino de Portugal.⁵¹

A Batalha de Ourique

Se a historiografia aponta a batalha de São Mamede como um dos marcos da ascensão de Afonso Henriques como rei de Portugal, Ourique surge nos monumentos como a sedimentação de seu poderio. Contudo, a narrativa e interpretação do acontecimento é uma questão muito discutida pelos historiadores, especialmente portugueses. Por ser considerado um marco na história nacional, desvencilhar-se da carga mítica registrada nos próprios documentos é algo bastante difícil para os historiadores. Herculano admite a dificuldade de se despir do orgulho pátrio e narrar os fatos de forma menos apaixonada:

⁵⁰ MATTOSO. *D. Afonso Henriques...* p.80

⁵¹ MATTOSO. *História de Portugal...*p.58.

Entrando na época da batalha de Ourique e constringido pelo, às vezes bem triste, dever da sinceridade a reduzir às suas dimensões verdadeiras um facto que à tradição dos séculos aprouve cercar de fábulas não menos absurdas que brilhantes, cumpria-nos dar a conhecer a situação desses homens que nos campos do Alentejo vinham combater os duros cavaleiros de Afonso Henriques.⁵²

Mattoso, em sua biografia de Afonso Henriques, também argumenta a respeito das dificuldades de ultrapassar a barreira do lendário, indo ao encontro da orientação de Herculano:

Antes de dizer o que provavelmente aconteceu, convém explicar o que deve o historiador fazer quando se depara com uma situação como esta, em que a muralha mítica aparece diante dele em toda a sua espessura, e com tal força, que oculta por completo o facto real de que nasceu. É preciso uma investigação cuidadosa para tentar fundamentar uma opinião acerca da sua importância efectiva. [...] A distância entre o facto e a efabulação, porém, é sempre grande, porque as fontes contemporâneas são escassas e lacônicas. Todavia, o historiador não tem de contar mitos, mas de interpretar factos. É preciso ter alguma ideia do que pode ter acontecido, mesmo que o resultado do inquérito seja inseguro.⁵³

Quanto à batalha em si, os documentos não se estendem ao narrá-la. O que se sabe é que Afonso Henriques, em 25 de julho de 1139, festa litúrgica de São Tiago,⁵⁴ desbaratara os sarracenos e seu rei Esmar⁵⁵, enchendo o campo de mortos. A simbologia construída posteriormente em torno a essa batalha foi extremamente impactante no que tange à figura do infante. O que se percebe nos diplomas considerados autênticos é que, após essa data, não existem documentos que ao mencionar Afonso Henriques, mantenham os antigos títulos de "príncipe" ou de "infante", mas passam a usar o de "rei".⁵⁶

As consequências políticas decorrentes da batalha, destarte, foram impressionantes. De acordo com a "Historia Compostelana",⁵⁷ aproveitando-se do fato de Alfonso VII estar deveras ocupado em tratar de conflitos em Aragão e Navarra, Afonso Henriques tenta expandir seus territórios, mas rapidamente o imperador castelhano se movimenta e desarma suas ambições. Contudo, mesmo assinando um

⁵² HERCULANO. *Op. Cit.*, p.429.

⁵³ MATTOSO. *História de Portugal...*p.159-160.

⁵⁴ MATTOSO. *D. Afonso Henriques...* p.169.

⁵⁵ Chamado deste modo por José Mattoso. Todavia, também podendo ser chamado de Ismar, Smare ou Examare, corruptela, segundo Alexandre Herculano, oriunda, talvez, de Omar ou de Ismael.

⁵⁶ MATTOSO. *D. Afonso Henriques...* p.169.

⁵⁷ *Apud* MATTOSO. *História de Portugal...* p.60.

tratado de paz duradoura com Afonso Henriques, em 1137, este o quebra, quando realiza um ataque à zona galega. Alfonso VII, então, se dirige a Ourique, próximo à região de Valdevez, onde, persuadido por Afonso Henriques, realizam um *bafordo*,⁵⁸ do qual este sai vitorioso, de acordo com os “Anais de D. Afonso, rei de Portugal”.⁵⁹

Não obstante o *bafordo*, o que deve ser posto em consideração são as concessões feitas por Alfonso VII. Para Mattoso, este estava disposto a fazê-las, desde que Afonso Henriques reconhecesse sua autoridade imperial.⁶⁰ João Ameal concorda com Mattoso nessa questão, ainda que com notória carga nacionalista: "Já o orgulhoso Monarca vizinho [Alfonso VII] fraqueja e trata com o primo de potência a potência. Soa na verdade a hora de se levantar em plena luz, diante do Imperador leonês, a clara e positiva figura do Rei de Portugal".⁶¹

É notório, que embora haja consenso entre os historiadores em relação à aceitação do reconhecimento de Portugal como um reino independente, ainda permanece um vínculo de vassalagem para com o reino de Leão e Castela. Para uma definitiva separação do império de D. Alfonso VII era necessária a aprovação clerical, e, como mesmo disse Marques, "[...] ia levar trinta e cinco anos ao monarca português a modificar a disposição do papa. Ia-lhe também custar importantes privilégios a conceder à Igreja."⁶² Uma das suposições de Mattoso para o silêncio sobre a ascensão de Afonso Henriques como rei nos “Anais” deve-se ao fato de sua origem régia não ser fruto de uma ordem ou concessão clerical.

O seu autor, como clérigo, não podia admitir facilmente que o título de rei fosse legitimado por uma aclamação popular ou de guerreiros, como o não admitiu a cúria papal até 1179. Provavelmente também não queria referir-se ao facto por não ter havido, decerto, nenhuma coroação litúrgica, como a que, muito provavelmente, sancionou a autoridade de Sancho I.⁶³

Restava, portanto, a aprovação papal para que Afonso Henriques, agora Afonso I, assumisse definitivamente e incontestavelmente o título de rei do território independente de Portugal. Contudo, os impedimentos se arrastaram por quase quatro décadas para, enfim, em 1179, ser receber o reconhecimento da parte da Igreja. Para

⁵⁸ Espécie de torneio; justa.

⁵⁹ *Apud* MATTOSO. *História de Portugal...* p.61

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ HERCULANO, *op. cit.*, p.472.

⁶² MARQUES, *op. cit.* p. 67.

⁶³ MATTOSO. *História de Portugal...* p.62-63.

Marques, o principal motivo da delonga do papado para avaliar o caso de Portugal deveuse ao grande apreço que tinha por Alfonso VII e ao costume da política pontifícia de não apoiar tentativas de separação, mas sim de promover a união política sob um comando supremo, de modo a facilitar a concentração da luta contra o Islã.⁶⁴

Passaram-se quarenta e três anos, portanto, desde que Alfonso VI separou o território de Portugal da Galícia, concedendo-o a Henrique de Borgonha, até a sua independência com Afonso Henriques, agora Afonso I. É perceptível, em vários momentos dos livros dos autores portugueses pesquisados, a forte carga nacionalista incrustada na narrativa. A figura do infante, como o escolhido para a salvação da pátria, como o líder que, nas palavras de João Ameal, "lega assim aos Portugueses, não apenas um Estado livre, fundido na têmpera de tantos combates, não apenas um Reino, mas um Rei - que levará esse Reino acabado de nascer pelos caminhos da História".⁶⁵ Afonso Henriques, obviamente, não é o único responsável pela independência de Portugal. Sabe-se que o processo se iniciou muito antes de seu pai assumir tais terras. Contudo, sua presença e carisma o transformaram em símbolo da liberdade, personificando-o na figura de um herói.

⁶⁴ MARQUES, *op. cit.*, p. 67

⁶⁵ AMEAL, *op. cit.*, p.65.

CAPÍTULO 2

A historiografia espanhola

Que a perspectiva historiográfica espanhola divergiria da portuguesa, era mais do que esperado. As consequências da independência do Condado Portucalense do reino castelhano influenciam de formas distintas os dois povos. Em Portugal, a carga nacionalista, juntamente com uma certa tendência ao exagero e à mitificação dos fatos, faz parte da afirmação da orgulhosa nação portuguesa. Entretanto, na Espanha, a independência de Portugal é tratada de forma bastante diferente, ou, simplesmente, não é tratada.

Alguns historiadores argumentam que a independência portuguesa já estava prevista na própria doação do condado a Teresa por seu pai, no momento de seu matrimônio com o conde borgonhês Henrique. Outros entendem que Alfonso VII estava demasiadamente ocupado com os conflitos territoriais com seus vizinhos de Aragão e de Navarra, muito mais importantes. Isso sem mencionar a forte presença dos muçulmanos e os próprios conflitos da Galícia, bem como os atritos persistentes em sua corte. Tudo isso teria mais peso do que as ações de seu primo, Afonso Henriques, que por mérito assegurava aquele território como seu. Há ainda o argumento de que seria melhor ceder tal região para um parente e possível aliado do que para os muçulmanos. Entretanto, há também alguns historiadores espanhóis que apontam o excesso de benevolência de Alfonso VII, ao ceder na questão de Portugal ao invés de travar uma guerra com o primo.

No intuito de replicar a metodologia do capítulo anterior, recorreu-se a uma obra bastante conhecida da historiografia espanhola, produzida no século XIX. Trata-se da grande obra de Modesto Lafuente, “*Historia General de España: desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII*”, escrita em 1889. A obra serviu de referência a muitos autores do século XX, que a seguiram ou criticaram.⁶⁶

Outro livro utilizado como base para a estruturação deste capítulo foi o de Luís Suárez Fernández, “*Historia de España: Edad Media*”,⁶⁷ produzida na década de 1970, em Madrid, que nos dá uma interessante perspectiva da historiografia do século XX. Suárez Fernández, um medievalista especializado na história dos Reis Católicos, é um

⁶⁶ LAFUENTE, Don Modesto. *Historia General de España: desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII*. Barcelona: Montaner y Simón, 1889.

⁶⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Historia de España: Edad Media*. Madrid: Editorial Gredos, 1970.

renomado doutor na área, grande referência em virtude de sua extensa produção acadêmica. Na obra em questão, inicia sua abordagem com a conquista e islamização da Espanha, percorrendo a baixa Idade Média até o início do século XVI. Sem dúvida, dos autores selecionados foi o que mais generosamente tratou da história de Portugal.

Ainda com relação à historiografia do século XX, utilizou-se a obra conjunta de Ángel Salcedo Ruiz e Manuel Ángel y Álvarez, intitulada “Historia de España: resumen crítico”,⁶⁸ na qual se procura dar conta dos principais momentos da história do país, bem como das relações políticas que levaram à configuração das fronteiras da nação.

Outra obra importante, publicada mais recentemente, é a de Eduardo Manzano Moreno, que faz parte da coleção “Historia de España”, composta por doze volumes, intitulada “Épocas Medievales”.⁶⁹ O autor é um renomado medievalista, até há pouco tempo diretor do Instituto de Ciencias Humanas do CSIC, em Madri, e no livro em questão traça um panorama histórico que se inicia com os bárbaros e termina com os Reis Católicos. Embora já no prólogo esclareça o porquê de não se ater ao contexto português, percebe-se nas pontuais menções ao futuro reino independente a necessidade de afirmação do próprio reino espanhol.

Sólo si aceptamos, por tanto, la idea de que, en lo que respecta a este periodo, la *Historia de España* es una convención, tan aceptable o inaceptable como la división del tiempo en edades históricas, podremos sortear el escollo que supone proponer este concepto como objeto de estudio. El uso de esta convención, sin embargo, ha con unos ciertos limites de espacio la atención sin duda mucho mayor que en justicia debería haber correspondido al pujante reino de Portugal desde sus inicios en pleno siglo XII.⁷⁰

A diversidade destas perspectivas, bem como os diferentes momentos históricos de sua produção, compõe um conjunto de referências que servirá para analisar a perspectiva espanhola que acompanha, ou não, a historiografia portuguesa, permitindo levantar algumas questões sobre os motivos que impulsionaram tais autores a incorporar ou a ignorar a independência de Portugal em suas argumentações.

⁶⁸ SALCEDO RUIZ, Ángel; ÁNGEL Y ÁLVAREZ, Manuel. *Historia de España: resumen crítico*. Madrid: Saturnino Calleja Fernández, 1914.

⁶⁹ MANZANO MORENO, Eduardo. *Épocas medievales: Historia de España. Vol. 2*. Barcelona: Crítica, 2010.

⁷⁰ *Ibidem*, p.XVIII.

O silêncio espanhol

O que mais se destaca na historiografia espanhola com relação ao tema é a falta de atenção realmente consistente sobre os acontecimentos que envolveram o destino do Condado Portucalense, limitando-se apenas em mencionar o matrimônio de Teresa com Henrique de Borgonha, e às vezes alguns feitos de Afonso Henriques. Tal silêncio dá margem para uma ampla interpretação dessas lacunas e abre uma série de questões. Tal é o caso de Eduardo Manzano Moreno, que, em seu extenso livro, com mais de oitocentas páginas, destina uma única frase ao caso de Portugal:

[...] y, finalmente, otra hija del rey habida de una relación extra-matrimonial, llamada Teresa y casada con otro miembro de la casa ducal de Borgoña, recibió junto a su marido el norte de Portugal fundando así una dinastía que se convirtió en el origen de la realeza y del reino portugués.⁷¹

Assim, poder-se-ia perguntar o que o referido autor aborda para o período que vai de 1096 até o reconhecimento papal do reino português, em 1179. A resposta é deveras simples: os olhos castelhanos estavam voltados para o outro lado: o leste. Manzano Moreno trata das relações de Leão e Castela com os reinos de Navarra e, especialmente, de Aragão. O matrimônio de Urraca com Alfonso I de Aragão, bem como todos os seus extensos conflitos, preenchem as páginas que descrevem o cenário político até a morte da rainha e a ascensão de seu filho, Alfonso Raimundes, que inicialmente estava destinado ao discutido reino da Galícia, mas que acabou por assumir o trono castelhano, uma vez que sua mãe não gerara filhos de seu casamento com Alfonso I, o Batalhador.

Entretanto, os recorrentes auxílios de Henrique de Borgonha à cunhada, ou a forte influência de Teresa na Galícia, são simplesmente ignorados. Se propositalmente, ou não, o certo é que o protagonismo dos ‘portugueses’ é desconsiderado. Nesse sentido, Alexandre Herculano, já no século XIX, fazia duras críticas à historiografia espanhola.

Na falta absoluta que se dá de notas cronológicas nas crônicas contemporâneas, o historiador moderno que deseja acertar com a verdade vê-se muitas vezes perplexo para assinalar a ordem e ligação dos acontecimentos. Quando a Espanha tiver uma história escrita com sinceridade e consciência, o período do governo de D. Urraca será um daqueles em que o discernimento de historiador terá sido posto à mais dura prova.⁷² Ligados, porém, os

⁷¹ *Ibidem*, p.319

⁷² Na nota de rodapé da citação, ele menciona o seguinte caso: "Um escritor moderno (Romey), mui gabado pelos que não consideram as coisas senão pela superfície, esquivou perfeitamente as dificuldades

acontecimentos que nos cumpre mencionar aos do resto da Espanha cristã, cabe-nos fazer uma parte desse trabalho, sem que nos seja possível examinar os arquivos da nação vizinha, e somos constringidos a deduzir a nossa narrativa dos monumentos impressos. Procedendo por conjecturas, podemos não acertar; mas ao menos no que escrevermos procuraremos harmonizar os documentos portugueses com as narrações das crónicas que desse tempo nos restam.⁷³

Percebe-se que o silêncio incomoda a historiografia portuguesa, provavelmente por afetar os bríos nacionais, mas também é fato que no caso espanhol é sintomático que o desmembramento do território seja silenciado, mesmo em trabalhos produzidos no século XXI.

Teresa é também retratada de forma bastante discreta na obra de Ángel Salcedo Ruiz e de Manuel Ángel y Álvarez, que, nas próprias palavras dos autores, era descrita como "viva, astuta y de ánimo varonil".⁷⁴ Entretanto, percebe-se que a personalidade de Teresa, assim descrita, pretende ajudar na construção da narrativa que afirma a aceitação de Alfonso VII e a aprovação dos reinos vizinhos. Portanto, uma estratégia que pretende legitimar o imperador, mas que precisa remeter à história da independência de Portugal, à qual se dedica um par de parágrafos, para contextualizar o surgimento do reino, uma vez que, até aquele momento, não havia sido mencionado. Contudo, logo em seguida, as figuras de Teresa e de Henrique de Borgonha, e até mesmo do rei de Portugal, Afonso Henriques, desaparecem da narrativa, o que é deveras surpreendente, tendo em vista sua importância militar no combate de um inimigo comum, os almorávidas. A seguir, o trecho de destaque da família portuguesa na obra de Salcedo Ruiz e Ángel y Álvarez:

Los únicos príncipes cristianos que se resistieron a estas pretensiones [a supremacia imperial de Alfonso VII], no de ambición personal, aunque también pudieran serlo, sino que muy profunda y elevada política española, fueron los del condado hereditario establecido por Alfonso VI al Sur del Miño para su hija bastarda Teresa, mujer de Enrique de Borgoña. Simple deudatario de Castilla, Enrique, quizás aguijoneado por su mujer, a la muerte de Alfonso VI hizo minitos de soberano independiente; pero cuando murió, Teresa, que era hermosa, viva, astuta y de ánimo varonil, se atrevió a tomar el título de reina, intervino en las guerras civiles entre doña Urraca y el Batallador [Alfonso I, de Aragón], y si, por su conducta más que dudosa, fué destronada por su propio hijo Alfonso Enriquez, trasmitió a éste sus

que oferece o tempestuoso reinado de D. Urraca. Limitou-se a escrever a história dos estados muçulmanos nesse período e 'esqueceu-se' completamente da Espanha cristã."

⁷³ HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980, p.294.

⁷⁴ SALCEDO RUIZ; ÁNGEL Y ÁLVAREZ, op. cit., p. 242.

ambiciones y su valor para realizarlas, prendas que el hijo mejoró con su pureza de vida y varonil fortaleza.⁷⁵

Percebe-se um relativo menosprezo com relação à figura de Henrique de Borgonha, apresentado como à mercê de sua mulher, Teresa, a real artífice na edificação de Portugal, como reino independente, interpretação da qual a historiografia portuguesa discorda. Alexandre Herculano defende o intelecto de Henrique, que é considerado bom guerreiro e um estrategista político, provavelmente se referindo à aliança entre Henrique e Raimundo para a divisão dos territórios da Galícia e de Portugal, com o apoio de Hugo de Cluny:

Nos últimos seis anos, porém, de sua vida os lineamentos do carácter tendem a desenhar-se um pouco melhor, e o pensamento de fugir à sujeição real, pensamento aliás mui comum entre os senhores mais poderosos da Península, é prosseguido pelo conde de tal arte que descobre nele, ainda melhor que as de bom soldado, as qualidades de político.⁷⁶

Teresa, por sua vez, é apresentada como uma pessoa de índole duvidosa, a tal ponto de seu próprio filho, Afonso Henriques, destroná-la e dar continuidade ao que ela previamente havia iniciado, com intervenções entre o rei de Aragão, Alfonso I, e sua mulher e rainha de Leão e Castela, D. Urraca. Tal associação entre a figura feminina e a má administração não era algo específico da bastarda de Alfonso VI. A própria rainha castelhana casou-se novamente por pressão da corte, desejosa de contar com um rei para fazer frente aos inimigos. Manzano Moreno constata que para os medievais o "[...] defecto primigento de ser mujer la convertia en persona poco apta para la tarea pues, como decia un cronista de la época, 'la fidelidad de la mujer es inestable'."⁷⁷ Em contrapartida, Luis Suárez Fernández, dá créditos à rainha portuguesa, admitindo que em diversos momentos sua participação fora de considerável importância para o desenrolar da trama política.

La Crónica de Sahagún atribuye a Teresa de Portugal un papel decisivo en la definitiva separación entre ambos esposos; en 1113 la condesa avisó al Batallador que Urraca proyectaba envenenarle. No sabemos cuál haya sido la verdad. Pero resulta indudable que la cuarta reconciliación fracasó, como las otras.⁷⁸

⁷⁵ *Ibidem*, p. 242

⁷⁶ HERCULANO, *op. cit.*, p.280-281.

⁷⁷ MANZANO MORENO, *op. cit.*, p.320

⁷⁸ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p.213.

É interessante trazer para a discussão o que o silêncio tem a falar. Ao não escrever sobre o processo de independência de Portugal, quais seriam as intenções dos autores? Talvez não fosse o foco de suas pesquisas ou, como era de se esperar da historiografia espanhola, o objetivo era não se desviar da narrativa de acontecimentos tangentes a Leão e Castela. Contudo, por quais motivos Portugal, ou o Condado Portucalense, não é mencionado quando sua história se cruza com a castelhana? Alexandre Herculano, ao narrar as conquistas de Afonso VI, em 1093, a saber, a tomada de Santarém, Lisboa e Sintra aos mulçumanos, analisa a historiografia árabe sincrônica à de seu estudo e percebe que ela não aborda esses fatos. Deste modo, as fontes, frequentemente, são narrativas que procuram ressaltar somente o que seus autores consideram positivo, omitindo aquilo que porventura possa manchar a história. Para Herculano, isso poderia facilmente ter ocorrido também na omissão da historiografia espanhola:

Um historiador árabe diz que do mesmo modo Santarém e Lisboa lhes caíram nas mãos. Quanto a Santarém, o foral dado a esta povoação por Afonso VI em 1095 não indica de modo algum que ela houvesse sido perdida depois de 1093 e retomada de novo. Quanto a Lisboa, não só a falta de um diploma análogo, passado a favor dela, torna provável a tradição árabe, mas também os sucessos posteriores parece confirmarem-na.⁷⁹

A manipulação das fontes para melhor adequá-las às conveniências, certamente não ocorreu apenas nos registros espanhóis. Isabel de Barros Dias, por exemplo, aponta a manipulação das fontes portuguesas, de modo a inserir Portugal independente na história da Península Ibérica, copiando o modelo narrativo de Leão e Castela.

[...] a história do primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, também é uma narrativa de cariz épico-romanesco que apresenta o Imperador das Espanhas, Afonso VII, sob um ponto de vista muito desfavorável, sobretudo no que se refere ao seu pouco discernimento e incompetência estratégica e militar. Com a inserção destes relatos, a crónica portuguesa está a fazer o mesmo que antes fora realizado com Fernán González, cuja tradição épica foi aproveitada para a construção de um passado glorioso para Castela. Do mesmo modo, e apresentando traços que posteriormente mais se irão assemelhar ao protótipo castelhano, as lendas relativas a Afonso Henriques construirão o suporte e a justificação do direito de Portugal à sua independência.⁸⁰

⁷⁹ *Ibidem*, p.271-272

⁸⁰ DIAS, Isabel de Barros. Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção activa. *HISPANIA*. Revista Española de Historia, 2007, vol. LXVII, núm. 227, septiembre-diciembre, p.908

Um dos argumentos que justificariam a omissão da historiografia espanhola com relação à independência portuguesa está ligado ao orgulho nacional, principalmente no que tange ao período imperial, uma vez que Portugal se converte num empecilho para a consolidação e afirmação do poder efetivo do imperador Alfonso VII. Tal ponto, como já assinalado, ganha destaque ao se insistir na objeção portuguesa à supremacia espanhola *a priori*. Na obra de Suárez Fernández, há uma justificativa a respeito de tais omissões, que incide sobre a necessidade de não afetar a lógica e a coerência da própria ideia de império.

Se justifica el orgullo de la *Cronica Adefonsi imperatoris* cuando afirma que "los límites del reino de Alfonso, rey de León, se extendieron desde el magno océano, que baña la tierra del patrono Santiago, hasta el río Ródano", hay una significativa omisión de Portugal en donde las frecuentes treguas no lograban la deseada estabilidad. Bien al contrario, una de las consecuencias de los graves conflictos armados de esta primera mitad del siglo XII, será la conversión de Portugal en reino, ataque a fondo a la teoría del Imperio hispánico y contribución decisiva, tanto o más que la creación del conjunto catalano-aragonés, a la tendencia a estructurar la península en Cinco Reinos.⁸¹

Isabel de Barros Dias, não obstante tratar das manipulações portuguesas que tinham como um de seus vários intuitos o de engrandecer a jovem nação lusitana e inseri-la na história ibérica como um reino prodigioso e destinado à glória, faz uma observação que pode ser estendida a qualquer situação de controle das informações: "Porém [...] trata-se de alterações que não podemos qualificar como inocentes."⁸² Deve-se compreender, portanto, que sempre há ao menos um motivo para tal omissão, o que deve deixar o historiador alerta com relação a essas manipulações, pois dificilmente se trata de mero acaso ou descuido de cronistas.

Preenchendo o silêncio

O ato de não mencionar Portugal, ou diluí-lo em esporádicas referências, nos leva a refletir sobre os assuntos e atores políticos que preenchem as páginas dos livros que se dedicam às últimas décadas do século XI e à primeira metade do século XII; o que de tão importante poderia ser tratado a ponto de não haver espaço para menções ao

⁸¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p.226

⁸² DIAS, *op. cit.*, p.906

Condado Portucalense. Obviamente, o objetivo dessa reflexão não é indagar porquê Portugal não é o centro das atenções dos escritos castelhanos, até porque são apenas conjecturas, tendo em vista que a historiografia em questão é a espanhola e espera-se que o foco incida sobre aquilo que servirá de ingrediente para a futura identidade espanhola. Isabel de Barros Dias, referindo-se aos cronistas, responde a tal questionamento:

Na verdade, o que se escolhe omitir, aquando da construção de um texto, mormente de uma crónica que é "O" lugar da preservação da memória do passado, é tão significativo como o que se escolhe integrar. Com efeito, se um cronista revela o que pretende exaltar com os relatos que amplifica, o que abrevia ou omite revela precisamente o que lhe convém esconder ou desvalorizar.⁸³

Entretanto, talvez a história nacional também sofra do mesmo problema que se atribui aos cronistas medievais. Eduardo Manzano Moreno dedica um espaço de seu livro para as estruturas sociais das relações de dependência, no qual analisa o processo do surgimento das sociedades feudais, baseadas na violência, especialmente intensa nos séculos XI e XII. No sétimo capítulo de seu livro, com o título de “Señores y Dependientes”, ressalta que não é possível entender as sociedades medievais sem considerar o papel que a violência desempenhou na sua constituição. Sua narrativa chega a analisar as violências cometidas contra cegos e animais durante o casamento da filha de Alfonso VII com o rei de Navarra, mencionando exemplos de violência cotidiana da sociedade ibérica, constantemente em guerras internas e contra os muçulmanos. Essa dinâmica forma uma cultura que se consolida e permite que um pequeno grupo se imponha por meio da coerção: "Se configuró así una legitimidad social que permitió a los señores laicos y eclesiásticos obtener sus rentas, prebendas y medios de subsistencia gracias a una capacidad de intimidación e que no precisaba ejercerse continuamente".⁸⁴ A análise sobre o tema abarca Navarra, Aragão, Leão e Castela, e al-Andaluz; Portugal sequer é mencionado.

Ainda nesse capítulo, aborda o poderio de Cluny, passando por grandes e influentes nomes dos séculos XI e XII, como Hugo de Semur, que apoiou Alfonso VI de Leão e Castela. Mostra, ainda, como Cluny se convertera em um centro de religiosidade

⁸³ *Ibidem*, p.904.

⁸⁴ MANZANO MORENO, *op. cit.*, p.326-327.

a ponto de o papa Urbano II considerar a ordem como "a luz do mundo".⁸⁵ Sua dissertação a respeito do desenvolvimento da ordem monástica que dominava grandes porções da região ibérica é deveras impressionante. Ele discorre sobre como as influências da Ordem se enraizavam cada vez mais na política da Península, o seu apreço por Leão e Castela e seu rei, e a presença menos efetiva em Aragão ou Navarra.⁸⁶ José Mattoso segue o mesmo pensamento a respeito do apoio de Cluny ao rei leonês e vai além, buscando entender as causas:

A protecção concedida pelos monges negros aos filhos segundos das famílias ducal e condal de Borgonha explica-se suficientemente pelo papel que eles podiam desempenhar neste ponto: por um lado, sustentavam pelas armas a causa da Cristandade, cuja ameaça punha em risco a manutenção das vantagens adquiridas; por outro, funcionavam na corte como coadjuvantes dos interesses materiais dos monges.⁸⁷

Contudo, diferentemente do trecho supracitado do historiador português, os "filhos segundos das famílias ducal e condal de Borgonha" não são encontrados na narrativa do historiador espanhol, Manzano Moreno, mas somente a descendência de Raimundo, Alfonso VII.

Ao analisar a importância do papel feminino, em seu capítulo sexto, intitulado "Los nuevos órdenes políticos", o nome de Teresa não é mencionado sequer uma única vez ao longo do reinado de sua irmã Urraca, embora tenha dedicado bastante atenção aos detalhes de suas idas e vindas em sua relação com o marido, Alfonso I de Aragão, o Batalhador, aspecto que na historiografia portuguesa é abordado por meio do protagonismo que Teresa e Henrique de Borgonha tiveram no caso. Tal como mencionado previamente, o historiador apenas registra que Teresa e seu marido são a "futura dinastía que se convirtió en el origen de la realeza y del reino portugués".⁸⁸

Portugal na historiografia espanhola

A obra de Ángel Salcedo Ruiz e Manuel Ángel y Álvarez não dá especial atenção à independência de Portugal. Contudo, não deixa de se referir à sua existência

⁸⁵ Ibidem, p.341.

⁸⁶ Ibidem, p.342.

⁸⁷ MATTOSO. *História de Portugal...* p.25.

⁸⁸ MANZANO MORENO, *op. cit.*, p.319.

em diversas vezes ao longo do capítulo décimo primeiro, intitulado “Moros y Cristianos”. Nela, temos uma descrição histórica abreviada da coroação de Afonso VII e suas manobras políticas com o intuito de unir a Península Ibérica sob o título de imperador. Entretanto, apesar de dedicar menos páginas aos feitos do Imperador do que Manzano Moreno, concede ao reino português um papel mais importante. No primeiro dos dois trechos citados a seguir, se oferece uma abordagem, que Suárez Fernandez recuperará mais tarde, onde se destaca a resistência do Condado Portucalense em aceitar a Afonso VII como imperador. No segundo trecho, Afonso Henriques assume um protagonismo que não o vincula propriamente a Portugal, uma vez que os autores o transformam numa espécie de herói da luta contra os infiéis.

Sucedió, pues, en conjunto que un movimiento consciente hacia la unidad nacional, cual el de la constitución del Imperio español en la persona de Alfonso VII, en que entraron todos los jefes de Estados autónomos que había en la Península, excepto los condes de Portugal.⁸⁹

En efecto; este Alfonso Enriquez, verdadero fundador del reino de Portugal, fué uno de los grandes héroes de la Edad Media, y aunque sus hazañas en Ourique hayan sido tan abultadas por la leyenda, es indudable que reconquistó de los moros toda la tierra que aún hoy forma el reino mal llamado lusitano, y que consiguió de su primo el Emperador Alfonso VII el reconocimiento de su dignidad real.⁹⁰

A obra de Suárez Fernandez difere das demais, uma vez que aborda a história portuguesa, não como destaque, obviamente, mas como parte da grande trama que se desenrola na região ibérica, profundamente ligada à história castelhana. Em sua narrativa, as figuras de Henrique de Borgonha e Teresa aparecem logo no início da concessão das terras feitas por Afonso VI,⁹¹ juntamente com os nomes de Raimundo de Borgonha e de Urraca. Contudo, diverge da historiografia portuguesa quanto ao grau de nobreza dos jovens borgonheses. Como mencionado no capítulo anterior, Mattoso atribui a Henrique um grau de nobreza superior ao de Raimundo, supondo que este se casara com a filha legítima do rei pela simples casualidade de ter chegado a Leão antes daquele. Caso contrário, a situação poderia ter sido diferente.⁹² Na perspectiva de Suárez Fernández, a família de Raimundo era bem considerada no reino de Leão, inclusive pelo fato de ter um irmão que fora arcebispo de Viena, chegando a ser papa

⁸⁹ SALCEDO RUIZ; ÁNGEL Y ÁLVAREZ, *op. cit.*, p. 242.

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.* p.200.

⁹² MATTOSO. *História de Portugal...* p.24.

com o nome de Calisto II. Assim, concorda com a ideia de que Henrique possa ter chegado a Leão posteriormente a Raimundo, restando-lhe assim desposar Teresa, que era filha bastarda do rei.⁹³

Outra obra importante que leva em consideração a história de Portugal é a “Historia General de España: desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII”, de Don Modesto Lafuente, escrita no século XIX. É interessante ressaltar o caráter romântico e apaixonado da narrativa, típico da época. Quando se refere a D. Urraca, por exemplo, a rainha é apresentada como vítima da malícia da irmã, Teresa, e de sua família, destacando-lhe a índole duvidosa:

De aquí la conducta incierta, inconstante y voluble del conde portugués durante las famosas revueltas del reinado de doña Urraca; suas alianzas, confederaciones y tratos, alternativamente con el rey de Aragón, con la reina de Castilla, ó con los condes gallegos, arrimándose al partido sobre el cual calculaba que podría levantar mejor la máquina de sus ambiciosos planes, y la poca lealtad en los manejos con los príncipes y señores de su tiempo, que tampoco se distinguían por la sinceridad de sus tratos.⁹⁴

Lafuente e sua produção diferem das outras obras, ao não excluir Portugal da história da Espanha, contudo, de forma oposta à obra de Suárez Fernandes, adota termos tendenciosos e parciais. O desdém adotado por Lafuente assume grande intensidade, chegando a ser cômico, como no trecho onde aborda a coroação de Alfonso VII como imperador e a sua necessidade de ser aceito pelos príncipes, condes e senhores, destacando-se a resistência que Portugal ofereceria na matéria, fato que, como já referido, será considerado importante na obra de Salcedo Ruiz e de Angel Y Alvarez, bem como por Suárez Fernandez. Mas, em Lafuente, o fato é descrito com tom de altivez, destacando-se a petulância de Afonso Henriques, que se estende a seus aliados e ao Condado como um todo.

Coronado emperador de España el séptimo Alfonso de Castilla, todos los principes de la España cristiana, y aun los condes y señores de los Estados franceses situados de la parte acá del Ródano, acataban al poderoso monarca castellano, y más ó menos implícita ó abiertamente le tributaban ó vasallaje, ó sumisión, ó dependencia. Sólo en un estrecho rincón de la Península había un pequeño príncipe y un pequeño pueblo y este príncipe eran Portugal y su conde Alfonso Enriquez, que apoyado en los altivos hidalgos portugueses proseguía el pensamiento y plan de la emancipación con no menos energía y

⁹³ *Idem.*

⁹⁴ LAFUENTE, Don Modesto. *Historia General de España: desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII*. Montaner y Simón. Barcelona, 1889. p.312 v.3

perseverancia que le habían comenzado don Enrique y doña Teresa sus padres.⁹⁵

Retornando à narrativa de Suárez Fernandez, deve-se ressaltar que ela se assemelha bastante à linha portuguesa, sem, obviamente, a carga nacionalista lusitana. As circunstâncias que envolveram o matrimônio de Urraca e Alfonso I, o Batalhador, bem como suas alianças com Henrique e, após a morte deste, com Teresa, são interpretadas por Suárez Fernández de maneira detalhada e objetiva, apresentando os acontecimentos e analisando as vantagens e desvantagens que afetavam os atores. Sua narrativa é sóbria, sem adjetivações, o que é raro nos demais autores que consideram a história de Portugal. Em seu livro, aborda os dois principais momentos da independência portuguesa mencionados no capítulo anterior, com base na própria na crônica de Alfonso VII.⁹⁶ Por exemplo, o trecho a seguir corresponde ao mesmo período abordado por Salcedo Ruiz e Ángel y Álvarez, quando questionavam as decisões da filha bastarda de Alfonso VI, e de ter sido esse o motivo que levou Afonso Henriques a tomar o território de sua mãe e a assumir a frente do processo de independência. Veja-se a maneira como Suárez Fernández entende o mesmo fato:

En primer término, Portugal, en donde las discordias entre la condesa [Teresa] y su hijo [Afonso Henriques] alcanzaban entonces su mayor gravedad. Teresa llegó alguna vez a titularse reina. Se había convertido en la amante de Fernando Pérez, conde de Traba, y tenía apoyos entre la nobleza gallega y aragonesa abundante en su corte. Alfonso VII invadió Portugal llegando hasta Guimaraës, la antigua capital de Enrique de Borgoña; allí los caballeros del séquito de Alfonso Enríquez rindieron vasallaje al emperador en nombre de su señor. Luego las tropas leonesas se retiraron. Indirectamente este hecho de armas benefició a Alfonso Enríquez, cuya revuelta contra Teresa - una vez reglamentado su propio vasallaje al rey de León - parecía legitimarse. En 1128, vencida en la batalla de San Mamede, cerca de Guimarões, Teresa hubo de huir junto con su amante, refugiándose en Galicia. Alfonso Enríquez tuvo la posesión de todo el condado.⁹⁷

Quanto à Batalha de Ourique, embora Suárez Fernández dê maior crédito ao tratado de Zamora,⁹⁸ quando realmente há um encontro entre Alfonso VII e seu primo, não deixa de dedicar um parágrafo aos limites do conflito e suas consequências.

⁹⁵ *Ibidem*, p.286

⁹⁶ Embora não mencionada, provavelmente tal crônica seria a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, tendo em vista os assuntos abordados na narrativa, bem como a semelhança com outros trabalhos referentes à mesma fonte.

⁹⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.* p.221.

⁹⁸ *Ibidem*, p.227.

Los cronistas afirman que fue después de una victoria lograda sobre los musulmanes en Ourique (Aulic) el 25 de julio de 1139, cuando Alfonso Enríquez decidió tomar el título de rey aclamado por sus nobles. La noticia no es exacta; Paul Merea ha descubierto un documento de marzo de este año en que figura Alfonso Enríquez con título real y, desde luego, la batalla no se libró en Alentejo, como los cronistas tardíos pretenden. Pero no deja de ser significativo que, en la tradición posterior, la conversión de Portugal en reino venga asociada a la lucha contra los musulmanes. En los años siguientes, aprovechando la crisis irremediable de los almorávidas, Portugal podrá extenderse ampliamente hacia el Sur, buscando ya la línea del Tajo.⁹⁹

Ainda sobre a posição de Suárez Fernández com relação a Ourique e à adoção do título de rei por Afonso Henriques, recolhe-se a interpretação de Sonia Vital Fernández, que analisa as relações entre galegos e portugueses durante o reinado de Alfonso VII. Ela reforça o que Suárez Fernández e a historiografia portuguesa já defendiam, acrescentando o problema da ‘intenção’ dos cronistas castelhanos de não comprometer a imagem do imperador:

Con este episodio la Chronica cierra la problemática con Portugal. Nada nos dice sobre las intitulaciones como rey de Afonso Henriques, algo que, sin duda, no era del interés de un cronista afanado en idealizar y magnificar la figura de Alfonso VII. De todas formas, sabemos que, en el año 1139, Fernando Yáñez llevó la noticia al rey de que Afonso Henriques había empezado a intitularse en sus diplomas, primero, rey y, luego, rey de Portugal. Para ello tuvo una importancia capital la victoria que el portugués había conseguido en Ourique contra los musulmanes, hecho que le habría llevado a manifestar su pretendida superioridad con la utilización de estos términos en su cancillería.¹⁰⁰

Obviamente, era essa a atitude esperada. Os cronistas não escreveriam algo que prejudicasse de alguma forma aquele que lhes garantia os benefícios. As crônicas, como previamente mencionado, sofreram constantes modificações para se adequarem às pretensões políticas, coisa que não ocorria somente em Castela. Mas, tratava-se do trabalho de cronistas, cujas características diferem-se dos historiadores.

Sobretudo, o que pode se observar no silêncio dos cronistas de Alfonso VII é uma escolha deliberada por não dar destaque a Portugal de forma a não diminuir o brilho que a adoção do título de imperador requeria. Com relação aos historiadores contemporâneos, o silêncio também é uma escolha, cuja explicação dos motivos transcende as possibilidades de uma monografia de graduação, mas que permite, pelo

⁹⁹ *Idem.*

¹⁰⁰ VITAL FERNÁNDEZ, Sonia. La participación política de la nobleza gallega en el reinado de Alfonso VII (1126-1157): entre la rebelión y la lealtad al rey. *Studia historica. Historia medieval*, v. 29, p.111.

menos, uma constatação: a opção de não tratar essa história como um todo reduz a possibilidade de se compreender as relações políticas entre esses atores, que não eram guiadas pela lógica do estado-nação. Por último, com as informações documentais disponíveis atualmente, não se justifica mais esse silêncio: não se oculta porque se desconhece, mas porque não convém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve por finalidade observar as diferentes formas pelas quais o processo de independência de Portugal é abordado pela historiografia portuguesa e pela espanhola. A conclusão evidente é que há uma tendência da primeira em exaltar esse momento, e até mesmo os feitos e personagens envolvidos nos acontecimentos, enquanto a segunda tende a silenciar os fatos. Sem dúvida, esta constatação mereceria um aprofundamento, sobretudo com relação aos motivos que embasaram tais abordagens, mas que foi impossível realizar nesta etapa dos estudos de graduação.

Inicialmente, antes de começar a pesquisa, esperava-se encontrar uma narrativa nacionalista na historiografia portuguesa e um discurso negativo na espanhola, sobretudo no que se referia à produção do século XIX e início do XX. Entretanto, o panorama encontrado foi bastante diferente. No que se refere à historiografia portuguesa, o espaço concedido à independência é obviamente importante, e as diferenças entre os autores aparecem nas argumentações que vão desde uma história política personalista a uma história que se explica por processos políticos e sociais. Mas, com relação à historiografia espanhola, a nota comum é o silêncio. Tanto os autores mais antigos, como os atuais, tendem a desconsiderar a importância da constituição de Portugal como reino.

O caso que chamou particularmente a atenção foi o da obra de Eduardo Manzano Moreno, publicada em 2010, e que logo no início reconhece a relevância de Portugal para a história da Espanha.¹⁰¹ Contudo, para preservar as características da coleção na qual se insere o volume dedicado à Idade Média, ou seja, as de uma História da Espanha, ele decidiu por praticamente eliminar Portugal da análise. Nas pouquíssimas vezes em que se refere ao reino lusitano, sua intenção é sublinhar algum aspecto da história castelhana. Por exemplo, no momento em que trata da chegada de Raimundo de Borgonha a Leão e de seu casamento com Urraca, menciona Teresa, a filha bastarda de Alfonso VI, e seu marido, Henrique, que também era borgonhês. Menções propriamente à linhagem portuguesa só aparecem novamente com Afonso Henriques, no intuito de sublinhar o papel de Alfonso VII como imperador.

¹⁰¹ MANZANO MORENO, *op. cit.*, p.XVIII.

Eduardo Manzano esclarece que é uma convenção separar as histórias dos dois países, coisa que obviamente é difícil de aceitar, principalmente quando se conhece a dinâmica política medieval das fronteiras entre os reinos ibéricos, extremamente elásticas e maleáveis. Talvez se possa aventar a possibilidade da historiografia espanhola entender que o tema da independência de Portugal seja negativo para a nação espanhola, o que parece difícil de aceitar em pleno século XXI. O historiador português José Mattoso aponta para a preocupação das chancelarias medievais castelhanas ao escrever sobre Afonso Henriques, devido aos problemas que isso pudesse gerar. Entretanto, se isso se justifica para épocas medievais, parece descabido nos dias atuais.

Os redactores da Santa Cruz não queriam, decerto, negá-lo [o título de rei dado a Afonso Henriques], mas também não podiam ignorar que, no país e na Hispânia, ninguém, nem mesmo a chancelaria e o cronista do imperador Afonso VII, punha em causa o título usado por Afonso Henriques.¹⁰²

Essa “convenção”, a que se refere Manzano, aparece em outras obras consultadas dos séculos XIX e XX, o que leva a pensar sobre uma tradição historiográfica de “ignorar Portugal”. Entretanto, manter tal silêncio de forma consciente é, no mínimo, curioso. Será que os historiadores espanhóis não consideram a presença portuguesa porque realmente entendem que ela é dispensável à sua explicação da história, ou simplesmente porque se “convencionou” dessa maneira? São questionamentos que acompanharam esta pesquisa, mas difíceis de serem respondidos com precisão.

Contrastando com o silêncio da historiografia espanhola, aparece a eloquência, talvez excessiva, da historiografia portuguesa. A perspectiva lusitana sobre sua independência, porém, deve ser olhada com bastante cuidado, pois a neblina do nacionalismo que a rodeia é bastante densa. A figura mítica de Afonso Henriques é uma quase realidade que ultrapassa as lendas e caminha livremente na historiografia. Os próprios autores constantemente alertam para o destaque exagerado que determinado evento adquire na história de Portugal, bem como a necessidade de interpretar os documentos de forma mais científica e menos romântica, que levem a historiografia para rumos distintos dos aclamados mitos. Exemplo disso é a mítica Batalha de Ourique,

¹⁰² MATTOSO, D. *Afonso Henriques...*p.173.

cujos estudos recentes apontam para a dificuldade de se comprovar até mesmo o local onde teria ocorrido, como discutido por Mattoso na biografia de Afonso Henriques.¹⁰³

A história de Portugal, portanto, não está livre de manipulações. Isabel de Barros Dias alerta que isso ocorre desde as crônicas,¹⁰⁴ procurado adequar a história a diversos interesses e propósitos, como o de inserir a história portuguesa no quadro das nobres famílias europeias. Contudo, o importante é perceber que isso não faz da história um produto melhor ou pior, mas deve fazer parte da preocupação do historiador identificar essa problemática e, na medida do possível, entender e explicar os motivos que estão na base dessas manipulações.

No caso da historiografia espanhola, apesar de não termos conseguido aprofundar as razões do silêncio, *a priori* parecem ser fruto do nacionalismo e da concepção contemporânea do estado-nação. Afinal, os autores dedicam suas análises detalhadas quase exclusivamente aos reinos que, no final da Idade Média, viriam a compor a Espanha: Leão e Castela, Aragão, Navarra e Al-Andaluz.¹⁰⁵ Não passa despercebido que sobre os reinos muçulmanos da Península detalham-se as táticas de guerra, as invasões aos territórios leoneses e castelhanos,¹⁰⁶ a ascensão do movimento Almohade,¹⁰⁷ a genealogia do Islã, as embaixadas e negociações, provavelmente no intuito de valorizar o desafio militar e político mais importante que a ‘nação’ enfrentou.

Desde o século XIX, a independência de Portugal, quando é abordada pela historiografia espanhola, surge com contornos bastante interessantes. Por exemplo, Modesto Lafuente não utilizava o termo "independência", mas "reconhecimento",¹⁰⁸ do título de rei de Afonso Henriques por Alfonso VII, o que não implicaria na independência propriamente dita de Portugal, mas na mudança da qualidade dos laços de vassalagem que uniam os primos. Tal sutileza permite que Afonso Henriques se encaixe perfeitamente no cenário político do reconhecimento de Alfonso VII como

¹⁰³ *Ibidem*, p.165

¹⁰⁴ DIAS, *op. cit.*, p.902.

¹⁰⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p.229.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p.222.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p.228.

¹⁰⁸ LAFUENTE, *op. cit.*, p.289.

imperador.¹⁰⁹ Desta forma, a independência de Portugal aparece a serviço da história da Espanha.

O que se pode concluir, portanto, é que embora Portugal considere sua independência como um grande marco político e origem da nação, a Espanha tende a percebê-la como um processo inevitável e natural,¹¹⁰ que faz parte da própria história do império castelhano-leonês medieval, ou, simplesmente, não a menciona. Nesta monografia pretendeu-se apenas identificar o problema, cujas implicações e razões ainda precisam ser aprofundadas. De qualquer forma, não podemos deixar de manifestar o desconforto que provoca ler obras contemporâneas de história da Península Ibérica, sobre o século XII, que silenciam sobre a formação do reino de Portugal.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.287.

¹¹⁰ MATTOSO, D. *Afonso Henriques...* p.173

REFERÊNCIAS

Bibliografia

AMEAL, João. *História de Portugal: das origens até 1940*. Porto: Ed. Tavares Martins, 1968.

BRANDÃO, Frei António. *Crónica do conde D. Henrique, D. Teresa e infante D. Afonso*. Porto: Editora Livraria Civilização, 1944.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. *História de Portugal*. Lisboa: Sociedade Editora, 1900.

CORRÊA, António Augusto Mendes. *Raízes de Portugal: Portugal «Ex-nihilo!... Terra e Independência A Raça*. Lisboa: Edição "De Ocidente", 1938.

CORTAZAR, José Angel García de. *História de Espanha Alfaguara, dirigida por Miguel Artola, vol 2 – La Época Medieval*, 8ª edição, Madrid, Ediciones Alfaguara, 1981.

DIAS, Isabel de Barros. Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção activa. *HISPANIA*. Revista Española de Historia, 2007, vol. LXVII, núm. 227, septiembre-diciembre, p.899-928.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. 1ª Ed. Livraria Bertrand, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LAFUENTE, Don Modesto. *Historia General de España: desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII*. Barcelona: Montaner y Simón, 1889.

MARQUES, A. H. Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores, 1986.

MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. Rio de Mouro: Ed. Temas&Debates, 2007.

_____. *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. *Identificação de um país*. Ensaio sobre as origens de Portugal. 2 vol. Lisboa: Estampa, 1985.

MANZANO MORENO, Eduardo. *Épocas medievales: Historia de España*. Vol. 2. Barcelona: Crítica, 2010.

SALCEDO RUIZ, Angel; ÁNGEL Y ÁLVAREZ, Manuel. *Historia de España: resumen crítico*. Madrid: Saturnino Calleja Fernández, 1914.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: estado pátria e nação*. Editorial Lisboa: Verbo, 1980.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Historia de España: Edad Media*. Madrid: Editorial Gredos, 1970.

VITAL FERNÁNDEZ, Sonia. La participación política de la nobleza gallega en el reinado de Alfonso VII (1126-1157): entre la rebelión y la lealtad al rey. *Studia historica. Historia medieval*, v. 29, p.99-120.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Nelson Rafanelli de Oliveira Lombardi, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Independência de Portugal: uma comparação entre a historiografia portuguesa e espanhola* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências e textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 05 de dezembro de 2014

Nelson Rafanelli de Oliveira Lombardi